



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 28.956.477/0001-64 DUNS®: 917921643
Razão Social: GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA
Nome Fantasia: GHF VAREJO
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 28/03/2025
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Litar: Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	01/07/2025	Automática
FGTS	Validade:	16/02/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	06/07/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	16/02/2025
Receita Municipal	Validade:	07/02/2025

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2025



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

ANEXO Impedimentos de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 28.956.477/0001-64 DUNS®: 917921643
Razão Social: GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA
Nome Fantasia: GHF VAREJO
Situação do Fornecedor: Credenciado

Impedimento de Licitar no Âmbito:

MINISTERIO DA FAZENDA / 170072-DELEGACIA DA REC.FEDERAL EM ARACAJU/SE

Órgãos do Governo Federal



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 28.956.477/0001-64 DUNS®: 917921643
Razão Social: GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA
Nome Fantasia: GHF VAREJO
Situação do Fornecedor: Credenciado

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7º
Motivo: Falha ou fraude na execução do contrato
UASG Sancionadora: 70022 - TRE-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MT
Âmbito da Sanção: União
Prazo: Determinado
Prazo Inicial: 01/10/2024 Prazo Final: 01/10/2025
Número do Processo: SEI 03579.2024-4 Número do Contrato: 2023NE000688
Descrição/Justificativa: Não entrega dos itens 09, 13 e 16 da ARP nº 36/2023. Descumprimento dos itens 5.1. c/c 8.1., do Edital de Pregão Eletrônico nº 36/2023.

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III
Motivo: Inexecução total ou parcial do contrato
UASG Sancionadora: 170072 - DELEGACIA DA REC.FEDERAL EM ARACAJU/SE
Âmbito da Sanção: Órgão Sancionador
Prazo: Determinado
Prazo Inicial: 26/09/2024 Prazo Final: 25/09/2026
Número do Processo: 10510723670202487
Descrição/Justificativa: Não entrega do material, não justificativa dentro do prazo indicado, falta de provas das alegações e, por fim, não cumprimento das obrigações, em desacordo com os itens 6.1 e 8.1 do Termo de Referência, anexo ao Edital



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Resultado de consulta consolidada

Consultado: **GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA**

CPF/CNPJ: **28956477000164**

Data consulta: 05/02/2025 14:07:26

Não é possível a emissão da certidão Certidão negativa correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), pois foram identificados os seguintes registros:

Certidão	Bases de dados consultadas	Situação
Certidão negativa correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)	Certidão negativa correcional Ente Privado (ePAD)	Nada consta.
Certidão negativa correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)	CEPIM	Nada consta.
Certidão negativa correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)	CEIS novo	Link para a sanção
Certidão negativa correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)	CNEP NOVO	Nada consta.
Certidão negativa correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)	CGU-PJ	Nada consta.

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 05/02/2025 14:07:42

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA**
CNPJ: **28.956.477/0001-64**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Constam Registros**
Impedimento/proibição de contratar com prazo determinado (01/10/2025) - JUSTICA ELEITORAL
Suspensão (25/09/2026) - MINISTERIO DA FAZENDA
Suspensão (21/03/2026) - Prefeitura Municipal de Nova Friburgo - RJ

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.